

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, JUVENTUDES E DESIGUALDADES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION, YOUTH AND
INEQUALITIES: AN ANALYSIS FROM AN INTERSECTIONAL PERSPECTIVE

Ciências Humanas • 29/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/777349252](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/777349252)

Maria Lúcia Pacheco Duarte dos Santos¹

Rosane Castilho²

RESUMO

O eixo de internacionalização da educação superior tem se afirmado como elemento estratégico no desenvolvimento das universidades contemporâneas, estando vinculada à expansão da produção científica, à circulação transnacional do conhecimento e à formação acadêmica em âmbito global. Contudo, o acesso às oportunidades de internacionalização não se distribui de maneira equitativa entre os distintos grupos sociais que compõem o corpo discente. Nesse cenário, o presente artigo objetiva examinar as relações entre internacionalização da educação superior e juventudes sob uma perspectiva interseccional, problematizando de que modo marcadores sociais da diferença — como classe, etnia, gênero e território — influenciam o acesso às experiências acadêmicas internacionais. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter bibliográfico, apoia-se em produções acadêmicas que abordam os temas da internacionalização, juventude, interseccionalidade e políticas educacionais. Os achados indicam que, embora a internacionalização seja frequentemente apresentada como um mecanismo de democratização do conhecimento, sua operacionalização tende, na prática, a reproduzir desigualdades sociais e educacionais já existentes. A análise demonstra que o acesso à mobilidade acadêmica internacional é fortemente condicionado pelo capital econômico, cultural e social dos estudantes, além de ser atravessado por processos estruturais de discriminação racial, de gênero e territorial. Conclui-se pela necessidade de aprofundar o debate acerca de políticas institucionais de internacionalização que considerem a diversidade cultural e as múltiplas trajetórias juvenis, incorporando abordagens críticas como a internacionalização do currículo, a internacionalização em casa e o fortalecimento de cooperações Sul-Sul, como estratégias para a construção de uma educação superior

mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Internacionalização; Juventudes; Interseccionalidade; Desigualdades sociais; Mobilidade acadêmica global.

ABSTRACT

The internationalization of higher education has established itself as a strategic axis in the development of contemporary universities, being linked to the expansion of scientific production, the transnational circulation of knowledge, and academic training on a global scale. However, access to internationalization opportunities is not distributed equitably among the different social groups that make up the student body. In this scenario, this article aims to examine the relationships between the internationalization of higher education and youth from an intersectional perspective, problematizing how social markers of difference — such as class, ethnicity, gender, and territory — influence access to international academic experiences. The research, qualitative in nature and bibliographic in character, is based on academic productions that address the themes of internationalization, youth, intersectionality, and educational policies. The findings indicate that, although internationalization is frequently presented as a mechanism for the democratization of knowledge, its operationalization tends, in practice, to reproduce existing social and educational inequalities. The analysis demonstrates that access to international academic mobility is strongly conditioned by the economic, cultural, and social capital of students, in addition to being influenced by structural processes of racial, gender, and territorial discrimination. It is concluded, therefore, that there is a need to deepen the debate on institutional internationalization policies that consider cultural diversity and the multiple trajectories of young people, incorporating

critical approaches such as curriculum internationalization, internationalization at home, and the strengthening of South-South cooperation, as strategies for building a more democratic, inclusive, and socially committed higher education.

Keywords: Internationalization; Youth; Intersectionality; Social inequalities; Global academic mobility.

INTRODUÇÃO

A compreensão da juventude como categoria sociológica demanda um exercício de desnaturalização. Durante muito tempo, predominaram abordagens que tratavam esta fase como transitória do desenvolvimento humano, marcada por características psicológicas universais e supostamente descolada dos contextos sociais, econômicos e culturais nos quais os jovens efetivamente vivem. Essa perspectiva, além de reducionista, contribuiu para invisibilizar as profundas desigualdades que perpassam as experiências juvenis em sociedades como a brasileira. Para Pais (1990) a juventude não pode ser compreendida somente como etapa biológica do ciclo de vida, mas como uma construção social que assume significados distintos considerando-se os contextos históricos e culturais.

Em consonância, Dayrell (2007) propõe um avanço significativo: ao invés de buscar uma definição essencialista de juventude, é preciso compreender como os jovens constroem seus modos de ser em contextos concretos. O autor argumenta que a juventude constitui um momento determinado do ciclo vital, mas também é uma construção social historicamente variável, que ganha contornos específicos em cada sociedade e período histórico. Assim, ser jovem

no Brasil contemporâneo significa algo muito diferente de ser jovem na Europa do pós-guerra ou nas sociedades tradicionais africanas.

Desse modo, essa abordagem implica reconhecer, tal como orienta Castilho (2022), a existência de múltiplas juventudes, entendidas como modos diferenciados de vivenciar essa fase da vida, impactados por fatores como classe social, etnia, gênero, território e acesso a bens culturais. Novaes (2006) em seus estudos traz a contribuição para esse debate ao distinguir "juventude" como conceito abrangente e "jovens" como sujeitos concretos, dotados de identidades plurais e inseridos em redes complexas de relações sociais. Para a autora, falar de juventudes no plural não significa apenas reconhecer diferenças individuais, mas assumir que as desigualdades estruturais produzem experiências radicalmente distintas de ser jovem.

No campo educacional, essa discussão tem implicações profundas. Pois, a universidade, instituição historicamente elitizada, tende a operar com uma imagem idealizada de jovem, como aquele que dispõe de tempo integral para dedicar-se aos estudos, que domina os códigos linguísticos valorizados academicamente, que transita com naturalidade por espaços culturais legítimos. O sistema educacional tende a valorizar formas específicas de capital cultural que favorecem estudantes oriundos de grupos socialmente privilegiados (Bourdieu e Passeron, 2014). Dessa maneira, os jovens que não correspondem a esse padrão, seja porque precisam trabalhar para sustentar-se, seja porque carregam marcas raciais que os tornam alvo de discriminação, ou ainda porque habitam territórios estigmatizados, frequentemente encontram na instituição mais barreiras do que acolhimento.

No tocante a esta temática, a produção acadêmica brasileira sobre juventude e educação tem demonstrado reiteradamente como as trajetórias escolares são marcadas por desigualdades que se acumulam ao longo da vida. Por conseguinte, jovens de classes populares enfrentam obstáculos que vão desde a qualidade da educação básica até a necessidade de conciliar estudo e trabalho, passando pela falta de capital cultural familiar que facilite a navegação no sistema educacional. As desigualdades educacionais são produzidas ao longo das trajetórias escolares e estão fortemente associadas às condições sociais de origem dos estudantes (Dubet, 2008). Vale ressaltar que, quando estes conseguem acessar o ensino superior, e para muitos essa conquista já representa uma vitória contra prognósticos sociais adversos, enfrentam novas formas de exclusão.

Assim, a internacionalização da educação superior se insere precisamente nesse campo de disputas. As oportunidades de mobilidade acadêmica, participação em eventos internacionais, colaboração com pesquisadores estrangeiros e acesso a redes globais de conhecimento não se distribuem aleatoriamente. Ao contrário, tendem a concentrar-se entre aqueles jovens que já partem de posições privilegiadas no espaço social, as oportunidades educacionais tendem a reproduzir as desigualdades existentes na estrutura social, favorecendo aqueles que dispõem de maiores volumes de capital econômico, cultural e social (Bourdieu, 1986).

Então, analisar a juventude como construção social plural é, portanto, condição necessária para uma análise crítica da internacionalização. E assim, somente quando abandonamos a ficção de um jovem universal é possível perceber como as políticas e práticas institucionais operam seletivamente, com benefícios para

alguns em detrimento de muitos. E é exatamente essa percepção que nos conduz à necessidade de incorporar a perspectiva interseccional, capaz de apreender como diferentes marcadores sociais se combinam para produzir posições diferenciadas no espaço das oportunidades acadêmicas internacionais. A internacionalização da educação superior deve ser analisada criticamente, considerando como os processos globais podem reproduzir desigualdades no acesso ao conhecimento e às oportunidades acadêmicas (De Wit; Hunter; Howard; Egron-Polak, 2015).

De acordo com Akotirene (2019), a abordagem interseccional revela como diferentes marcadores moldam as trajetórias educacionais e o acesso a oportunidades acadêmicas. Ou seja, não basta falar em "jovens desfavorecidos" como categoria homogênea, pois juventudes negras, brancas, femininas e indígenas vivenciam desafios distintos. Afinal, jovens negros enfrentam barreiras raciais específicas; mulheres, por sua vez, lidam com expectativas familiares e divisão sexual do trabalho; já jovens indígenas carregam o peso da colonialidade que historicamente deslegitimou seus saberes, tornando sua presença acadêmica um ato de resistência.

Outro aspecto a ser analisado diz respeito às profundas assimetrias regionais do sistema de educação superior brasileiro, refletindo desigualdades históricas na distribuição de recursos e oportunidades, como sinaliza Brunner (2014). Uma vez que jovens de regiões metropolitanas consolidadas, especialmente do Sudeste, tendem a acessar instituições mais estruturadas e redes de pesquisa consolidadas. Em contraste, jovens do Norte e Nordeste encontram universidades com menor inserção internacional e reduzidas oportunidades de mobilidade (Sampaio; Saes, 2014). Vale destacar

que a interiorização do ensino superior ampliou o acesso, mas não garantiu equidade nas oportunidades de internacionalização.

Sobre essa questão, Wacquant (2008) contribui sustentando que os jovens de territórios periféricos das grandes cidades enfrentam ainda o estigma territorial, que os marca como indesejáveis ou inadequados para circular em espaços acadêmicos internacionalizados. A estigmatização territorial pode produzir barreiras simbólicas que limitam a circulação de determinados grupos sociais em espaços considerados legítimos. Logo, a violência estatal, a precariedade dos serviços públicos e a ausência de equipamentos culturais produzem subjetividades marcadas pela exclusão, que muitas vezes internalizam a percepção de que certos espaços não são para eles. E assim, a internacionalização, nesse contexto, pode parecer um horizonte tão distante quanto inalcançável, mesmo quando existem programas institucionais tecnicamente abertos a todos.

No que tange ao racismo, Carneiro (2023) atenta para o que chamou de “dispositivo de racialidade”, um mecanismo sistemático de poder que, na perspectiva discutida aqui, pode ser pensado tanto para a seleção dos candidatos, por meio de critérios supostamente neutros como “mérito” e “excelência” frequentemente encobrem processos de exclusão, quanto na experiência da mobilidade, quando jovens negros brasileiros se veem confrontados com racismos em países do Norte Global, para os quais se dirigem majoritariamente os fluxos acadêmicos. A ausência de políticas de acolhimento que considerem essas especificidades pode transformar a experiência internacional em fonte adicional de sofrimento.

Autores como Quijano (2005) e Santos (2010) esclarecem que as universidades modernas, estruturadas a partir de epistemologias eurocêntricas, frequentemente invisibilizam saberes indígenas e outras tradições de conhecimento, pois as juventudes indígenas desafiam essa hegemonia ao trazer cosmologias e relações com o território que não encontram espaço nos currículos internacionalizados. E ao acessarem a mobilidade acadêmica, enfrentam barreiras que vão além do idioma, tais como sofrimento com a violência simbólica de terem que se adequar a padrões que deslegitimam seus próprios saberes. Assim, a internacionalização pode se tornar mais um dispositivo de colonialidade, em vez de promover um verdadeiro diálogo intercultural.

A perspectiva interseccional nos permite, portanto, complexificar a análise sobre juventudes e internacionalização, superando visões simplistas que atribuem as desigualdades exclusivamente à dimensão econômica. Classe importa, certamente, mas importa em combinação com etnia, gênero, território e outros marcadores que, articulados, produzem posições sociais específicas. Reconhecer essa complexidade é condição para pensar políticas de internacionalização verdadeiramente inclusivas, capazes de enfrentar as múltiplas barreiras que limitam a participação de diferentes grupos juvenis. Por sua vez, a perspectiva interseccional possibilita compreender como diferentes sistemas de poder se articulam na produção das desigualdades sociais e educacionais.

A internacionalização da educação superior constitui um campo conceitual em permanente construção, marcado por disputas teóricas e políticas que refletem os diferentes interesses em jogo. Uma das definições mais aceitas na literatura sustenta que a internacionalização consiste no processo de integração de uma

dimensão internacional, intercultural e global nos objetivos, funções e oferta da educação superior em nível institucional e sistêmico. Essa definição tem o mérito de abranger diferentes aspectos do fenômeno, desde a mobilidade acadêmica até a internacionalização do currículo e da pesquisa, passando pelas parcerias institucionais e pela cooperação internacional.

Nessa perspectiva, distingue-se ainda a internacionalização no país de origem (*internationalization at home*) e internacionalização no exterior (*cross-border education*). Sendo que a primeira se refere às atividades que promovem dimensões internacionais e interculturais no campus, como currículos internacionalizados, presença de estudantes internacionais, programas de estudo em línguas estrangeiras e eventos acadêmicos com participação estrangeira. Enquanto a segunda compreende a mobilidade de estudantes, professores, pesquisadores, programas e instituições através das fronteiras nacionais. Essa distinção é importante porque amplia o escopo da internacionalização para além da mobilidade, historicamente tratada como sua expressão por excelência.

No contexto brasileiro, a internacionalização ganhou particular relevância a partir da primeira década dos anos 2000, com a intensificação das políticas de fomento à mobilidade e à cooperação internacional. O Programa Ciência sem Fronteiras (2011-2016) representou o esforço mais ambicioso nessa direção, com a meta de conceder 101 mil bolsas de estudo no exterior, majoritariamente na graduação. Embora o programa tenha sido alvo de críticas, por seu foco excessivo em áreas consideradas "estratégicas", pela ênfase na mobilidade individual em detrimento de parcerias institucionais mais duradouras, pela insuficiente preparação linguística dos candidatos, ele marcou uma inflexão nas políticas de

internacionalização, colocando o tema definitivamente na agenda das instituições de educação superior.

A produção acadêmica sobre internacionalização no Brasil tem crescido significativamente no período recente. Levantamento realizado por Santos e Cavalcante (2023) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações identificou 132 trabalhos produzidos entre 2011 e 2022, sendo 85 dissertações e 47 teses, em diversas universidades e áreas do conhecimento. Os temas mais recorrentes incluem mobilidade acadêmica, avaliação, formação de professores, políticas públicas e pós-graduação, revelando a diversidade de abordagens e interesses de pesquisa no campo.

Assim sendo, é possível afirmar que a produção acadêmica sobre internacionalização da educação superior no Brasil ainda se encontra em processo de consolidação, com predominância de estudos institucionais e análises de programas específicos, havendo menor presença de abordagens comparativas e críticas (Lima; Maranhão, 2009). Contudo, é preciso reconhecer que a produção acadêmica sobre internacionalização ainda é relativamente incipiente no Brasil, especialmente quando comparada a países com tradição mais consolidada nessa área. As pesquisas tendem a concentrar-se em estudos de caso institucionais ou em análises de programas específicos, com menor presença de estudos comparativos ou de abordagens críticas que problematizem as dimensões políticas e as desigualdades estruturais que atravessam o processo.

Outro fator relevante se encontra no fato de que a relação entre internacionalização e globalização é objeto de intenso debate na literatura especializada. Enquanto alguns autores tendem a usar os

termos como intercambiáveis, outros estabelecem distinções importantes. De maneira geral, a globalização refere-se aos processos econômicos, políticos e culturais que transcendem as fronteiras nacionais e intensificam as interconexões entre sociedades, enquanto a internacionalização designaria as respostas e estratégias das instituições e sistemas de educação superior diante desses processos. A internacionalização da educação superior diz respeito ao processo de integração de dimensões internacionais e interculturais nas funções de ensino, pesquisa e extensão das instituições, frequentemente relacionado às dinâmicas mais amplas da globalização.

A internacionalização contemporânea da educação superior ocorre em um contexto de globalização capitalista, no qual o conhecimento assume papel central como fator produtivo e mercadoria. As universidades são crescentemente chamadas a contribuir para a "economia do conhecimento", formando mão de obra qualificada para mercados globalizados e produzindo pesquisas com potencial de inovação e transferência tecnológica.

Com relação a esta conjectura, Santos (2010) explana uma perspectiva crítica ao situar a universidade no contexto das transformações provocadas pela globalização neoliberal. Para o autor, a universidade pública enfrenta desafios sem precedentes, decorrentes da pressão por privatização, da subordinação da pesquisa às demandas do mercado e da crescente mercantilização do conhecimento. A internacionalização, nesse contexto, pode funcionar como vetor de aprofundamento dessas tendências, quando reduzida à competição por posições em rankings globais, à atração de estudantes internacionais pagantes ou à busca por parcerias que reforcem hierarquias Norte-Sul.

Os rankings acadêmicos internacionais constituem um dos dispositivos mais visíveis dessa competição globalizada. Instituições como o Academic Ranking of World Universities – ARWU, mais conhecido como Ranking de Xangai, e o Times Higher Education – THE estabelecem critérios de avaliação que privilegiam universidades de pesquisa intensiva, com produção científica majoritariamente em inglês e publicada em periódicos indexados em bases internacionais. Enquanto, as universidades de países periféricos, incluindo as brasileiras, enfrentam dificuldades para competir nesses rankings, seja pela língua de publicação, seja pelos padrões de avaliação que nem sempre capturam a relevância local e regional de sua produção.

A competição internacional por talentos acadêmicos é outra face desse processo. Países centrais desenvolvem políticas agressivas para atrair os melhores estudantes e pesquisadores, oferecendo condições de trabalho e pesquisa que as universidades periféricas dificilmente podem igualar. O resultado é um fluxo assimétrico de cérebros (brain drain) do Sul para o Norte, que aprofunda as desigualdades globais na produção do conhecimento e limita a capacidade dos países periféricos de desenvolverem sistemas de pesquisa robustos.

No entanto, seria equivocados reduzir a internacionalização a esses aspectos. Como argumenta Morosini (2021), coexistem no campo diferentes concepções e práticas, algumas mais alinhadas à lógica mercantil e competitiva, outras orientadas por princípios de cooperação solidária e intercâmbio intercultural. A internacionalização pode ser tanto espaço de reprodução de hierarquias globais quanto campo de resistência e construção de

alternativas, dependendo dos atores envolvidos, das políticas adotadas e dos valores que orientam as práticas institucionais.

A produção acadêmica brasileira tem dado visibilidade a essas tensões, estudos como os de Barreyro (2015) analisam como a globalização transforma a educação superior e como a internacionalização ressignifica as atividades acadêmicas, ora aproximando-se da lógica mercantil, ora preservando espaços de cooperação. E ainda, pesquisas sobre rankings acadêmicos (Calderón; Gonçalves, 2018) mostram como esses dispositivos influenciam políticas institucionais e criam pressões por conformidade a padrões globais que nem sempre consideram as especificidades locais.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar as relações entre internacionalização da educação superior e juventudes a partir de uma perspectiva interseccional, por meio da discussão sobre as formas pelas quais marcadores sociais da diferença influenciam o acesso às experiências acadêmicas internacionais. A investigação possui como fundamentos em uma abordagem teórico-conceitual baseada na literatura sobre internacionalização da educação superior, juventudes e interseccionalidade.

Posteriormente apresenta-se os procedimentos metodológicos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa, explicitando a abordagem qualitativa e o caráter bibliográfico do estudo. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados da análise, com foco nas relações entre internacionalização da educação superior, mobilidade acadêmica e desigualdades no acesso às experiências internacionais.

Por fim, nas considerações finais, são retomados os principais argumentos do estudo e apontadas reflexões sobre a necessidade de políticas de internacionalização mais inclusivas e socialmente comprometidas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza teórica e bibliográfica, tendo como objetivo analisar as relações entre internacionalização da educação superior e juventudes, de modo a considerar as desigualdades que atravessam o acesso às experiências acadêmicas internacionais. A abordagem qualitativa é particularmente adequada para investigações que buscam compreender fenômenos sociais complexos e seus significados em contextos específicos, permitindo analisar processos sociais, culturais e institucionais que não podem ser plenamente captados por indicadores exclusivamente quantitativos (Denzin e Lincoln, 2006).

A escolha pela abordagem qualitativa tem seus fundamentos na compreensão de que os processos educacionais e sociais são permeados por dimensões simbólicas, culturais e históricas que influenciam as experiências dos sujeitos no campo educacional. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa possibilita compreender os significados atribuídos à internacionalização da educação superior e suas implicações nas trajetórias acadêmicas de estudantes universitários, considerando os contextos sociais em que essas experiências se desenvolvem (Minayo, 2014).

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, realizada a partir da análise de produções acadêmicas nacionais e

internacionais que discutem a internacionalização da educação superior, juventudes e desigualdades educacionais. Para a realização do levantamento bibliográfico foram considerados livros, artigos científicos, documentos institucionais e relatórios de pesquisa publicados nas últimas décadas, especialmente aqueles que contribuem para a consolidação do campo de estudos da internacionalização universitária.

Para a seleção das obras analisadas foi norteada por três eixos temáticos principais: internacionalização da educação superior, juventudes e trajetórias educacionais, e ainda as políticas educacionais e mobilidade acadêmica internacional. Essa organização temática buscou articular diferentes campos de investigação que contribuem para compreender as relações entre educação superior, desigualdades sociais e processos de internacionalização, permitindo uma análise interdisciplinar do fenômeno investigado (Severino, 2017).

A análise do material bibliográfico foi realizada por meio de leitura analítica e interpretativa das obras selecionadas, buscando identificar conceitos, categorias teóricas e perspectivas analíticas relevantes para a compreensão do fenômeno investigado. Conforme destaca Severino (2017), a análise bibliográfica envolve não apenas a descrição das ideias presentes nas obras consultadas, mas também sua interpretação crítica, de modo a construir uma síntese teórica que contribua para o avanço do conhecimento na área.

A partir desse conjunto de referências, foi possível desenvolver uma reflexão crítica sobre os limites e possibilidades da internacionalização da educação superior, considerando especialmente as desigualdades que influenciam o acesso dos

estudantes às oportunidades acadêmicas internacionais. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre políticas educacionais e internacionalização universitária, enfatizando a importância de abordagens que considerem a diversidade das trajetórias juvenis e as desigualdades estruturais presentes no sistema educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pesquisas sobre políticas de internacionalização indicam que programas de mobilidade tendem a beneficiar estudantes de instituições mais prestigiadas e localizadas em regiões com maior infraestrutura acadêmica (De Wit et al., 2015). Além disso, estudantes que já possuem experiências prévias de circulação internacional apresentam maiores chances de participar de novas oportunidades, o que reforça processos cumulativos de privilégio educacional. Essas evidências apontam para a necessidade de compreender a internacionalização como fenômeno atravessado por dinâmicas de reprodução social.

Outro aspecto relevante identificado na literatura se vincula às políticas institucionais de internacionalização desenvolvidas pelas universidades. Em muitos casos, essas políticas priorizam indicadores relacionados à produtividade científica e à visibilidade internacional das instituições, sem necessariamente considerar as desigualdades sociais presentes no acesso às oportunidades acadêmicas (De Wit; Hunter; Howard; Egron-Polak, 2015). As pesquisas indicam também que a internacionalização frequentemente se concentra em determinadas áreas do conhecimento, especialmente aquelas associadas às ciências exatas,

engenharias e tecnologias, o que pode limitar a participação de estudantes de ciências humanas e sociais (Reisberg; Rumbley, 2009).

A perspectiva interseccional permite compreender como diferentes marcadores sociais, tais como etnia, gênero e território, se combinam na produção de barreiras específicas ao acesso às experiências internacionais. Nessa perspectiva, as desigualdades sociais não operam de forma isolada, integram-se na produção de experiências particulares de exclusão. No cenário educacional brasileiro, essa abordagem permite analisar como jovens negros, mulheres ou estudantes de territórios periféricos enfrentam obstáculos adicionais no acesso às oportunidades acadêmicas internacionais.

Neste enquadramento, o racismo no Brasil constitui elemento importante para compreender essas desigualdades. Assim, observa-se que não se manifesta somente em atitudes individuais, mas se faz presente nas próprias estruturas sociais e institucionais. Assim, estudantes negros podem enfrentar processos de discriminação e exclusão simbólica tanto no acesso quanto na experiência de mobilidade internacional, o que torna perceptível como as desigualdades raciais também atravessam os processos de internacionalização. Collins e Bilge (2021) acrescentam que a articulação entre etnia, classe e gênero produz experiências qualitativamente distintas que precisam ser consideradas nas políticas educacionais.

O território de origem também exerce influência significativa nas oportunidades educacionais, tanto que jovens provenientes de regiões periféricas ou de cidades do interior frequentemente estudam em instituições com menor inserção em redes

internacionais, o que reduz suas chances de participar de programas de mobilidade (Brunner, 2014). As desigualdades regionais presentes no sistema de educação superior brasileiro refletem processos históricos de concentração de recursos acadêmicos e científicos, com evidente concentração de programas de pós-graduação consolidados nas regiões Sudeste e Sul (Brasil, 2023).

Apesar dessas limitações, algumas iniciativas têm buscado promover formas mais inclusivas de internacionalização. Programas de internacionalização em casa, políticas de ação afirmativa e iniciativas voltadas para estudantes de grupos com sub-representações constituem estratégias importantes para ampliar o acesso às experiências internacionais. Tais iniciativas apontam para a possibilidade de uma internacionalização mais democrática e socialmente comprometida. No entanto, essas experiências ainda são relativamente pontuais diante das desigualdades estruturais que caracterizam o sistema de educação superior (Santos, 2010).

Diante desse cenário, é de suma relevância questionar as concepções hegemônicas de internacionalização e explorar alternativas que incorporem perspectivas interculturais e socialmente comprometidas. A noção de internacionalização crítica, desenvolvida por autores como Andreotti (2015), oferece pistas importantes nessa direção. Para a autora, trata-se de questionar os pressupostos epistêmicos e políticos que sustentam as práticas convencionais de internacionalização, frequentemente ancoradas em visões eurocêntricas de conhecimento e em relações de poder assimétricas entre países centrais e periféricos.

Leask (2015) tem desenvolvido o conceito de internacionalização do currículo como processo que integra dimensões internacionais,

interculturais e globais aos conteúdos, métodos de ensino e resultados de aprendizagem dos cursos superiores. Segundo a autora supracitada, a internacionalização curricular envolve uma transformação profunda: diz respeito ao desenvolvimento nos estudantes da capacidade de compreender e navegar em um mundo culturalmente diverso, reconhecendo suas próprias perspectivas como culturalmente situadas. Aplicada ao contexto brasileiro, essa visão implica reconhecer a diversidade cultural do próprio país como recurso fundamental para a internacionalização.

Desta forma, a internacionalização em casa (*internationalization at home*), conceito proposto por Nilsson (2003), ganha particular relevância nessa discussão, pois envolve reconhecer que nem todos os estudantes podem realizar mobilidade internacional, mas todos podem se beneficiar de experiências internacionalizantes em seu próprio campus. Isso inclui a presença de estudantes internacionais, currículos que incorporam dimensões interculturais, atividades que promovem o encontro com a diferença e, fundamentalmente, o reconhecimento da diversidade cultural já presente entre os próprios estudantes brasileiros (Nilsson, 2003).

Em conformidade, Morosini (2021) contribui para esse debate ao destacar a importância de políticas institucionais que integrem diferentes dimensões da internacionalização. A internacionalização integral (*comprehensive internationalization*) envolve não apenas a mobilidade, mas também o currículo, a pesquisa, a extensão e a gestão institucional, articulados de forma coerente e orientados por valores como cooperação, solidariedade e respeito à diversidade. Portanto, se trata de superar visões fragmentadas que reduzem a internacionalização à mobilidade individual, para construir

estratégias institucionais consistentes e socialmente comprometidas.

A construção de parcerias Sul-Sul constitui outra frente relevante para o desenvolvimento de uma internacionalização crítica da educação superior. Em vez de direcionar prioritariamente suas estratégias para universidades situadas em países centrais, as instituições brasileiras podem fortalecer redes de cooperação com universidades da América Latina, África e Ásia, ampliando a circulação de conhecimentos produzidos em contextos históricos e culturais semelhantes (Santos, 2010). Dessa maneira, iniciativas como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB ilustram essa possibilidade ao buscar articular processos de internacionalização ancorados nas relações históricas e culturais entre o Brasil e os países africanos. É importante reconhecer, contudo, que tais propostas enfrentam resistências significativas no contexto contemporâneo da educação superior.

A discussão dos resultados evidencia, portanto, a necessidade de repensar as políticas de internacionalização da educação superior a partir de uma perspectiva mais inclusiva. Isso implica considerar não apenas os objetivos de inserção internacional das universidades, mas também as condições sociais que influenciam o acesso dos estudantes às experiências acadêmicas globais. Diversos pesquisadores defendem o fortalecimento de estratégias de internacionalização inclusiva, que ampliem as oportunidades de participação de estudantes provenientes de diferentes contextos sociais (De Wit et al., 2015).

Entre essas estratégias, possuem destaque as políticas de apoio linguístico, programas de bolsas acadêmicas, internacionalização do

currículo e iniciativas de cooperação acadêmica que valorizem a diversidade cultural. A adoção dessas medidas pode contribuir para que a internacionalização da educação superior não sejam apenas um instrumento de competitividade acadêmica e passe a desempenhar também um papel relevante na promoção de maior equidade educacional. No entanto, como alerta Santos (2010), tais transformações exigem o reconhecimento das desigualdades estruturais e a construção de alternativas baseadas no diálogo intercultural e na justiça cognitiva.

Por fim, a análise aqui desenvolvida permite afirmar que a internacionalização da educação superior não constitui um processo socialmente neutro. Ao contrário, ela tende a reproduzir desigualdades existentes no campo educacional e social quando não acompanhada de políticas que considerem as diferentes condições de acesso dos estudantes. Reconhecer essas dinâmicas é de suma importância para o desenvolvimento de políticas mais inclusivas e capazes de ampliar a diversidade nas experiências acadêmicas internacionais, especialmente entre as juventudes historicamente marginalizadas não apenas no sistema educacional brasileiro, mas em distintos ambientes onde predomina a demanda por um elevado nível de capital cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou-se examinar as relações entre a internacionalização da educação superior e as juventudes sob uma perspectiva interseccional, problematizando de que maneira marcadores sociais da diferença — como classe, etnia, gênero e território — condicionam o acesso às experiências acadêmicas internacionais. O percurso teórico desenvolvido possibilitou a

sustentação de alguns argumentos centrais que merecem ser retomados, quais sejam:

A internacionalização não se configura como um processo socialmente neutro. Em contraposição ao discurso institucional recorrente, que a apresenta como uma oportunidade universal de formação e intercâmbio, observa-se que a internacionalização pode atuar como um mecanismo de seleção e de reprodução de desigualdades sociais. As oportunidades tendem a concentrar-se entre estudantes que já dispõem de maiores volumes de capital econômico, cultural e social, ao passo que juventudes historicamente marginalizadas enfrentam barreiras estruturais que restringem sua participação.

A apreensão dessas desigualdades requer a adoção de uma perspectiva interseccional. Embora a dimensão econômica seja central, ela não esgota a análise. Marcadores como etnia, gênero e território articulam-se à classe na conformação de barreiras específicas, resultando em experiências diferenciadas entre distintos grupos juvenis. Nessa abordagem, evidencia-se que os sistemas de opressão não operam de maneira isolada, mas se inter-relacionam, produzindo formas singulares de exclusão e desigualdade.

Verifica-se, ademais, que muitas políticas públicas e institucionais voltadas à internacionalização demonstram baixa sensibilidade a essas assimetrias. Critérios de seleção baseados majoritariamente no desempenho acadêmico e na proficiência linguística, assim como a concentração de oportunidades em determinados centros universitários e áreas do conhecimento, tendem a contribuir para a reprodução de desigualdades já presentes no sistema educacional.

Todavia, o reconhecimento dessas limitações não implica a negação da relevância da internacionalização para a formação acadêmica e científica. Ao contrário, sinaliza a necessidade de uma revisão crítica de seus objetivos e práticas. Nessa direção, propostas como a internacionalização do currículo, a internacionalização em casa, o fortalecimento de cooperações acadêmicas Sul-Sul e a valorização do multilinguismo e da diversidade cultural têm sido indicadas na literatura como alternativas para a construção de modelos de internacionalização mais democráticos e inclusivos.

Nessa perspectiva, as implicações para as políticas públicas são expressivas. Torna-se fundamental que órgãos de fomento à pesquisa e à formação acadêmica, como Capes, CNPq e agências estaduais, incorporem princípios de equidade em seus programas de internacionalização, ampliando o acesso para grupos historicamente sub-representados no ensino superior. De modo análogo, as instituições universitárias são instadas a desenvolver políticas institucionais que articulem internacionalização, inclusão social e diversidade cultural, superando abordagens fragmentadas e predominantemente orientadas por indicadores quantitativos.

No âmbito da pesquisa acadêmica, persiste o desafio de aprofundar a compreensão dessas dinâmicas. Investigações empíricas que examinem as trajetórias de estudantes oriundos de diferentes contextos sociais no acesso a experiências internacionais, estudos comparativos entre instituições e regiões, bem como pesquisas avaliativas sobre políticas de internacionalização, podem contribuir para o avanço do conhecimento na área.

Em síntese, é necessário reconhecer os limites deste estudo. Trata-se de uma reflexão de caráter teórico-conceitual, que não pretende

esgotar a complexidade do tema. As próprias categorias mobilizadas — juventude, interseccionalidade e internacionalização — configuram campos em constante construção e disputa no debate acadêmico.

Ainda assim, espera-se que as reflexões aqui apresentadas contribuam para problematizar a noção de que a internacionalização da educação superior constitui, por si só, um processo automaticamente democratizador. Na ausência de uma orientação crítica e socialmente comprometida, há o risco de que esse processo reitere hierarquias globais do conhecimento e desigualdades sociais presentes nas diferentes sociedades. Nesse sentido, a construção de formas de internacionalização mais inclusivas, interculturais e socialmente referenciadas permanece como um desafio central para as políticas educacionais e para o futuro da educação superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDREOTTI, V. Engaging the (geo)political economy of knowledge construction: Towards decoloniality and diversity in internationalization. **In:** MCGRATH, S.; GU, Q. (ed.). **The Routledge Handbook of International Education and Development**. London: Routledge, 2015. p. 307-310.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas->

[estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior](#). Acesso em: 10 fev. 2026.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRUNNER, J. J. **La educación superior en Iberoamérica:** informe 2011. Santiago de Chile: Centro Interuniversitario de Desarrollo, 2014.

CALDERÓN, A. I.; FRANÇA, C. M. Rankings acadêmicos na educação superior: tendências da literatura ibero-americana. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, n. 2, p. 448–466, jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/HQK3CHmR8SKKn4MrQKKrqNG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev, 2026.

CARNEIRO, S. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023

CASTILHO, R. Cartografias da condição juvenil. Curitiba: Appris, 2022.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE WIT, H.; HUNTER, F.; HOWARD, L.; EGRON-POLAK, E. **Internationalisation of higher education.** Brussels: European Parliament, 2015.

LEASK, B. **Internationalizing the curriculum.** London: Routledge, 2015.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C. M. S. A. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/5VJDvJnkgsDn9nmwWCCvKbj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOROSINI, M. C. Internacionalização da educação superior: a abrangência e a ambiguidade do conceito. **Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 61, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/25134>. Acesso em: 7 mar. 2026.

NILSSON, B. Internationalisation at Home from a Swedish Perspective: The Case of Malmö. **Journal of Studies in International Education**, v. 7, n. 1, p. 27-40, 2003.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (org.). **Culturas jovens:** novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-120.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 105, p. 139-165, 1990. (*Obra incluída conforme citação na p. 6*).

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SAMPAIO, H.; SAES, P. Internationalization of Higher Education: a balance of the literature in Brazil. *In*: DIDOU-AUPETIT, S.; ESCOBAR, V. (coord.). **Internacionalización de la educación superior y las ciencias en América Latina: un estado del arte**. Caracas: IESALC-UNESCO, 2014. p. 49-76. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000231868>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, M. L. P. D.; CAVALCANTE, C. V. Internacionalização da educação superior no Brasil: mobilidade acadêmica e agências de fomento. **Revista Sapiência**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/14192>. Acesso: Acesso em: 7 fev. 2026.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

¹ Doutora em Educação, com estudos pós-doutorais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Colaboradora da Universidade Estadual de Goiás – Campus Metropolitano.

² Doutora em Educação, com estudos pós-doutorais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Docente Adjunta da Universidade Estadual de Goiás – Campus Metropolitano.